

Sancionada lei contra os descontos indevidos no INSS

Trecho que determinava busca ativa a beneficiários lesados foi vetado

/ GOVERNO FEDERAL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei 15.327, que proíbe descontos relativos a mensalidades nos benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Aprovada pelo Congresso após o escândalo das fraudes nos descontos de aposentados e pensionistas, a lei determina a devolução dos valores em até 30 dias após a decisão que reconheça as cobranças indevidas, incluindo até mesmo o sequestro de bens dos investigados.

Lula vetou, no entanto, o uso de recursos públicos do orçamento do INSS para resarcir os segurados. Em 2025, o governo usou créditos extraordinários - fora da meta de resultado primário e do teto de despesas - para devolver

os valores aos afetados.

A lei previa que, se as entidades não devolvessem os valores em até 30 dias, esse pagamento caberia ao próprio INSS. "Em que pese a boa intenção do legislador, os dispositivos são inconstitucionais e contrariam o interesse público, pois criam despesa obrigatória de caráter continuado, na forma de obrigação de resarcimento a ser custeado pela União, sem apresentação da estimativa de impacto orçamentário e financeiro", justificou o Planalto.

Lula também vetou o trecho que determinava ao INSS a busca ativa aos beneficiários lesados em decorrência de descontos indevidos. O governo alegou que a medida atribuía ao órgão "competências que não lhe são próprias, de

modo a expor a autarquia a riscos jurídicos e operacionais, além de custos extraordinários, sem a apresentação da devida estimativa de impacto orçamentário e financeiro".

O presidente ainda vetou dispositivos que possibilitavam a amortização de operações de consignado e obrigava o INSS a disponibilizar equipamentos de leitura biométrica em todos os seus postos de atendimento para desbloquear a contratação do crédito por aposentados e pensionistas. Por fim, Lula ainda vetou a designação do Conselho Monetário Nacional (CMN) como instância para definir o teto de juros da modalidade, já que a Constituição prevê que "a matéria é de iniciativa privativa do presidente da República".

Verba extra da Saúde alcança R\$ 7,84 bi e dribla STF

O governo Lula (PT) autorizou repasses de cerca de R\$ 7,84 bilhões em verbas extras do Ministério da Saúde a estados e municípios com uma fatia do orçamento que é reivindicada por parlamentares como uma emenda informal.

O recurso não é enquadrado como indicação de deputados e senadores, o que permite escapar dos controles impostos pelo Supremo Tribunal Federal, como a exigência de apontar o padrinho político.

O ministério nega que os repasses sejam negociados com o Congresso e diz que parte do dinheiro é aplicado em ações prio-

ritárias, como o programa Agora Tem Especialistas.

Do valor aprovado até 31 de dezembro, cerca de R\$ 790 milhões foram direcionados ao governo estadual e às prefeituras de São Paulo.

As secretarias de Saúde da Bahia devem receber R\$ 641 milhões desse valor. Minas Gerais (R\$ 621 milhões), Alagoas (R\$ 603 milhões) e Rio de Janeiro (R\$ 560 milhões) completam a relação dos maiores beneficiados.

Em nota, a pasta comandada por Alexandre Padilha (PT) afirma que a distribuição desse tipo de recurso é rotina desde a déca-

da de 1990 "para complemento emergencial do custeio de saúde nos municípios".

"Neste ano, o Ministério da Saúde fez avanço inédito, adotando critérios normativos e análise técnica dos planos de trabalho apresentados por estados e municípios - os repasses cumprem estritamente a legislação vigente", diz o órgão.

A pasta afirma ainda que todos os estados e capitais e cerca de 3.400 municípios foram contemplados, "ainda que esses governos locais estejam sob a gestão de partidos de oposição ao governo federal".

Zanchin é empossado na União dos Legislativos Estaduais

/ PARLAMENTO

Com o propósito de reforçar a representação das assembleias legislativas e ampliar o debate sobre temas que mobilizam a sociedade, o deputado gaúcho Vilmar Zanchin (MDB) tomou posse ontem como presidente da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale). Em Brasília, na sede da entidade, Zanchin recebeu o cargo da antecessora, a deputada fluminense Tia Ju (Republicanos).

A Unale representa os 1.059

deputados das 26 assembleias estaduais e da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Zanchin se torna o terceiro gaúcho a comandar a entidade com três décadas de atuação, depois de Alexandre Postal e Ciro Simoni. O mandato é de um ano.

"Faremos uma gestão olhando para os temas que mexem com a população, como educação, segurança, saúde e infraestrutura dos estados. Os parlamentos estaduais são protagonistas na vida das pessoas, e nós queremos demonstrar isso durante a nossa

gestão", explica Zanchin.

Fundada em 1996, a Unale é uma entidade representativa que atua na divulgação de ações legislativas e de boas práticas entre as assembleias. A instituição também busca parcerias com entidades nacionais e internacionais para aperfeiçoar a atuação legislativa e qualificar parlamentares e servidores. Além disso, organiza conferências, debates e encontros sobre temas de interesse público, que funcionam como espaços de troca de experiências entre assembleias e deputados.



Repórter Brasília
Edgar Lisboa
edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Tensão entre Executivo e Legislativo

RICARDO STUCKERT/PR/JC



Três anos depois dos ataques às sedes dos Três Poderes, o 8 de janeiro volta ao centro da cena política, não apenas como data simbólica, mas como campo de disputa institucional. A manifestação pró-democracia organizada pelo governo federal, nesta quinta-feira, no Palácio do Planalto, ocorre sob o signo da memória, mas também da tensão entre Executivo e Legislativo.

Silêncio calculado

A decisão dos presidentes da Câmara e do Senado, Hugo Motta (Republicanos) e Davi Alcolumbre (União Brasil), de não participar do ato é reveladora. O gesto não é trivial, nem protocolar. Trata-se de um silêncio calculado, que busca preservar a autonomia do Congresso diante de um evento com forte carga política e organizado diretamente pelo Palácio do Planalto.

Veto à dosimetria por Lula

No mesmo dia da manifestação, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve vetar o projeto de lei que altera a dosimetria das penas aplicadas aos condenados pelos atos antidemocráticos. O texto, aprovado pelo Congresso, reduzia punições e era visto por setores do governo e do Judiciário como uma tentativa indireta de relativizar crimes contra o Estado Democrático de Direito.

Recado político

O veto, nesse contexto, ganha contornos que vão além do jurídico. Lula envia um recado político claro: não haverá concessões quando o assunto for a responsabilização pelos ataques de 2023. Para o Planalto, "qualquer flexibilização de penas seria interpretada como sinal de fraqueza institucional e risco de banalização da ruptura democrática".

Distância do simbolismo

Do outro lado, o Congresso se move com cautela. Ao se ausentarem do ato, Motta e Alcolumbre evitam associar suas casas a uma agenda que pode tensionar ainda mais a relação entre os Poderes, especialmente diante da possibilidade de o Legislativo analisar, em breve, a derrubada do veto presidencial. A estratégia é manter distância do simbolismo, sem, necessariamente, negar o discurso democrático.

Veto com peso maior

O debate também reacende discussões sobre personagens centrais do período pós-eleitoral. O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) segue citado no ambiente político como figura-chave na construção da narrativa de contestação das eleições de 2022. A eventual redução de penas sempre foi vista por aliados como uma brecha futura, razão pela qual o veto assume peso ainda maior.

Embate sobre memória e poder

No fundo, o que se vê é um embate sobre memória e poder. Para o governo, lembrar o 8 de janeiro é reafirmar limites institucionais. Para o Congresso, o desafio é equilibrar a defesa da democracia com a preservação de seu espaço político e legislativo. O silêncio dos presidentes das casas está longe de ser omissão, é também uma forma de discurso.